



BAHIA

Após acordo, vigilantes da Ufba decidem encerrar greve



Os profissionais de segurança já retornaram às atividades na noite desta quinta-feira, 29

Os vigilantes terceirizados que prestam serviço para a Universidade Federal da Bahia (Ufba) decidiram na tarde desta quinta-feira, 29, encerrar a greve. As informações foram confirmadas pelo Sindicato dos Vigilantes da Bahia (Sindvigilantes). Com isso, as aulas da instituição à noite, que estavam suspensas há dois dias, foram retomadas.

Em contato com o Portal A TARDE, o secretário do Sindvigilantes, Antônio Cláudio, informou que durante a manhã houve uma assembleia na reitoria da universidade, no Canela, onde foi decidido pela manutenção da paralisação. No entanto, ao serem informados de uma reunião entre a empresa MAP, entidade responsável pela prestação de serviços dos vigilantes. e a

instituição, marcada para ocorrer às 11h, a categoria resolveu esperar para decidir os rumos do movimento.

“Depois da reunião, o representante da MAP informou que se comprometia em pedir o cancelamento do documento que tinha por objetivo a suspensão do contrato da empresa com a Ufba”, disse Cláudio.

Após o acordo, também foi informado ao sindicato o pagamento de parte do valor pendente. Segundo o secretário, entre os valores liberados na quarta, 28, e parte do que foi disponibilizado nesta quinta, somam-se R\$ 2 milhões. Ainda assim, a instituição possui uma dívida de R\$ 15 milhões com a empresa terceirizada.

“Amanhã ainda estaremos conversando com representantes da MAP. A Ufba colocará tudo no papel e será feito o requerimento por escrito. Da nossa parte, estaremos dialogando com a categoria, trazendo todas as informações. Já estaremos mobilizados nos postos de serviço por saber da importância da Ufba para a comunidade soteropolitana”, informou o secretário.

Por meio de nota, a Ufba confirmou a resolução do acordo e garantiu que os profissionais de segurança voltam às atividades nesta quinta, restabelecendo as condições normais para realização de aulas.

**Sob a supervisão do editor Nelson Luis*

CONFIRA NOTA NA ÍNTEGRA DA UFBA

A Universidade Federal da Bahia informa que os trabalhadores da vigilância retornarão a seus postos de trabalho às 19h de hoje. Assim, ficam restabelecidas as condições normais para realização de aulas e retomada das atividades em todos os campi.

A decisão de retornar aos postos de trabalho foi tomada pela categoria em assembleia realizada na manhã de hoje, após reunião entre a administração central da UFBA e representantes da empresa MAP, que resultou em um acordo pela manutenção do contrato vigente.

Fonte: Correio da Bahia

Beneficiários do processo Security/Sedu tem até 4 de setembro para retirar o cheque

COMUNICADO

Cumprindo com a decisão da justiça, o SINDSEG/GV-ES encerra no dia 4 de setembro o repasse do benefício aos trabalhadores da Security/Sedu (Processo Nº 0001871-49.2017.5.17.0009). Após essa data, o sindicato terá que prestar contas do pagamento efetuado

aos beneficiários e devolver os cheques não retirados pelo beneficiário. Vale ressaltar que o SINDSEG-GV/ES tem convocado, desde 31 de julho de 2019, os trabalhadores beneficiários do Processo para efetuar a retirada do cheque.

A LISTA DOS BENEFICIÁRIOS QUE NÃO BUSCARAM O CHEQUE ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA ENTIDADE.

Mais informações: (27) 3222-5940 / 3222-5341

Fonte: Sindseg GV/ES

ATO CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

3/9 **9H**

AUDITÓRIO PETRONIO PORTELA - SENADO

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA

DISTRITAL CHICO PT VIGILANTE

The poster features a red background with silhouettes of people holding flags and signs. It includes icons for a calendar, a clock, and a location pin. The text is in white and yellow, with the main title in large, bold letters.

Comissão aprova percentual de 20% para vigilantes mulheres em bancos

PROFISSAO
VIGILANTE



A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 1514/19, que determina que bancos tenham quadro de vigilantes com, no mínimo, 20% de mulheres.

Com o projeto, a Lei 7.102/83, que trata sobre a segurança privada no Brasil deverá ser alterada para o novo entendimento da apresentando pela deputada Aline Gurgel (Republicanos-AP).

Segundo a deputada, “A atividade de segurança privada constantemente se depara com situações em que a presença da vigilante do sexo feminino é essencial, a fim de proceder a uma revista pessoal ou mesmo nos pertences das mulheres, evitando constrangimentos indevidos caso fosse um homem a realizá-la”, disse.

O projeto é do deputado Júlio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS-DF), que defende maior acesso ao mercado da segurança privada para as mulheres, dizendo ainda que figura da mulher como vigilante em instituições financeiras

facilita a questão de revista em mulheres, caso necessário.

A segurança privada perdeu cerca de 100 mil postos de trabalho nos últimos cinco anos. Os números são da VI Edição do Estudo do Setor da Segurança Privada, da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist).

Os dados foram divulgados no primeiro dia da ISC Brasil 2019, a 14ª Feira e Conferência Internacional de Segurança, que aconteceu em junho, na capital paulista.

Em 2014, eram 654.899 trabalhadores no setor. No ano passado, o número chegou a 553.905. A situação só não foi pior porque depois de três anos consecutivos em queda, em 2018 o setor registrou um crescimento de menos de um por cento (0,98%). De acordo com o estudo, a forte crise econômica dos últimos anos afetou diretamente o setor. Vários contratantes fecharam as portas.

Fonte: Agência Brasil

Parlamentares e bancários se unem contra entreguismo de Bolsonaro

Campanha Não Mexe no meu BB conta com ampla base de apoio do parlamento e da sociedade civil, contra sanha privatista do governo de extrema-direita



Parlamentares da oposição à extrema-direita de Bolsonaro e bancários lançaram a campanha Não Mexe no meu BB. A intenção é de criar uma frente de luta contra o entreguismo do governo, que pretende privatizar uma série de estatais. Não apenas o banco está sob a cobiça do mercado, mas também entidades

relacionadas, como a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, a Previ.

“Sem essa campanha não teremos nem a Cassi (plano de saúde dos trabalhadores do BB) nem a Previ e tampouco as entidades de representação específicas de representação dos funcionários do Banco do Brasil”, disse

o presidente da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (Anabb), Reinaldo Fujimoto. A Associação foi responsável por solicitar ao Congresso uma sessão em defesa do BB, realizada na quinta-feira (22).

O aceite para o pedido da Anabb veio dos parlamentares Erika Kokay (PT-DF) e Pompeo de Mattos (PDT-RS). A sessão contou com a participação de mais de 400 pessoas, incluindo parlamentares de diferentes partidos, e até da base aliada de Bolsonaro.

A privatização dos bancos públicos possui ampla rejeição na sociedade. De acordo com pesquisa divulgada no Instituto Data-Poder360, nesta semana, 67% dos brasileiros são contrários à entrega do BB. Já 77% defendem a importância do banco para o país.

Desenvolvimento sustentável

Os bancos públicos são apontados como essenciais para o desenvolvimento sustentável do país, visto que atuam em setores pelos quais as instituições privadas não se interessam, diante da baixa lucratividade. Por exemplo, investimentos e projetos sociais, e universalização do acesso aos serviços bancários. “Ajudamos o país a crescer e a se desenvolver em diversos setores. Podemos afirmar, com toda a certeza, que o Banco do Brasil é o motor do crescimento econômico e da geração de riqueza do Brasil”, explicou Fujimoto.

Mesmo com tais funções essenciais à inclusão social, os bancos públicos não dão

prejuízos aos cofres públicos. “Temos gerado resultados satisfatórios para o Tesouro Nacional e aos acionistas privados e com excelentes indicadores de governança atestados pelo Banco Central, pela Corregedoria Geral e pelo Tribunal de Contas da União. Mas, não podemos nos esquecer de que os principais donos do Banco do Brasil são os brasileiros e não os banqueiros”, completou o bancário.

Erika Kokay, vestindo uma camisa da campanha em defesa do BB, lembrou que o banco é de cada um e de cada uma dos brasileiros. “É meu BB, seu, dele, de cada um de nós. Temos de cuidar dessa instituição.”

Tanto a deputada como Pompeo de Mattos, antes da carreira parlamentar foram bancários da Caixa e do BB, respectivamente.

O representante da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil, que auxilia a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) nas negociações, Wagner Nascimento, deixou uma tarefa para todos que participam da luta em defesa do BB. “Ir a todos os gabinetes para conversar com os parlamentares e convencê-los da importância do banco para o desenvolvimento do país. Com esta sessão, demos um grande passo nesta direção. Os deputados e senadores sabem da importância do banco para seus estados e para suas regiões. Eles podem auxiliar nas negociações, tanto com o banco quanto com o governo.”

Fonte: CONTRAF

Governo quer tirar adicional de 10% de multa do FGTS

Na avaliação da equipe econômica, medida daria alívio ao Orçamento e evitaria paralisação dos ministérios em 2020



O governo quer acabar com o adicional de 10% da multa rescisória sobre o FGTS pago pelas empresas. O adicional foi criado no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) com a finalidade de bancar o rombo deixado pelos planos econômicos Verão (1989) e Collor I (1990).

Hoje, as empresas pagam 50% de multa nas demissões: 40% ficam com o trabalhador e os outros 10% vão para os cofres da União, que repassa os recursos para a administração do

fundo. Por ano, esses 10% correspondem a R\$ 5,4 bilhões pagos pelas empresas.

Ao acabar com a multa “extra” - medida que precisaria do aval do Congresso -, o governo conseguiria abrir um espaço para aumentar as despesas e, mesmo assim, cumprir o teto de gastos, que é o limitador do crescimento de despesas atrelado à variação da inflação. Isso porque a multa de 10% entra no Orçamento primeiro como receita e, depois, como gastos obrigatórios, já que a União é obrigada a pagar

o FGTS.

A equipe econômica tenta encontrar formas de reduzir as despesas obrigatórias (como o pagamento de salários, aposentadorias e pensões) para não sacrificar ainda mais as despesas com custeio e investimentos (chamadas de “discricionárias” no jargão técnico).

A proposta de um Orçamento muito apertado de 2020, que será enviada nesta semana ao Congresso, prevê apenas R\$ 85 bilhões para gastos com custeio e investimento - nível que já é considerado muito baixo para que os ministérios mantenham a oferta de programas e serviços.

Um quadro semelhante ao vivido hoje pela Esplanada, com o agravante de que 2020 já começaria nessa situação. Hoje, esse é o patamar atual do Orçamento, depois de bloqueios que somam R\$ 34 bilhões. O chamado contingenciamento colocou os ministérios e órgãos em situação crítica, caminhando para uma paralisação, um quadro que é chamado de “shutdown”. Nesse cenário, há risco de “desligamento” de serviços em muitos ministérios, agências reguladoras e até mesmo na Receita Federal, órgão que tem justamente a função de arrecadar impostos.

Nas últimas semanas, o esforço da equipe econômica tem sido o de buscar mecanismos para revisar despesas obrigatórias e elevar os gastos discricionários para um patamar em torno de R\$ 100 bilhões no ano que vem. Do contrário, o risco de descumprimento do teto em 2020, quatro anos depois da sua vigência, pode ocorrer.

O adicional de 10% compensa o FGTS das perdas judiciais, mas o entendimento da área econômica é de que a cobrança já perdeu o objetivo. Quando o teto de gasto foi

instituído, a despesa com o repasse da multa adicional estava nas contas. Dessa forma, acabou entrando no teto. Com a eliminação do adicional, o Orçamento perde a receita, mas também a obrigação de repassar os recursos ao FGTS. Hoje, a receita obtida com a multa e despesa (transferida ao FGTS) apenas transita pelo Orçamento, sem impacto no resultado das contas públicas.

Correção do salário mínimo pela inflação

A proposta de Orçamento prevê a correção do salário mínimo apenas pela inflação e não considera reajuste de salários dos servidores públicos. Fontes informaram que a previsão de despesas obrigatórias no projeto de lei orçamentária já deve prever um ganho entre R\$ 10 bilhões e R\$ 12 bilhões de economia das despesas com a aprovação da reforma da Previdência.

Na véspera do envio do projeto de Orçamento de 2020, o clima é de tensão na Esplanada com a possibilidade de um corte maior de gastos na proposta em relação à lei orçamentária deste ano. A maior trava é o teto de gastos, que vai crescer apenas 3,37% no ano que vem (variação da inflação em 12 meses até junho deste ano), enquanto despesas obrigatórias como benefícios previdenciários estão avançando num ritmo mais acelerado.

O aumento de outras despesas também tem tirado espaço de gastos com custeio e investimentos. Só a despesa com precatórios (pagamentos devidos pela União após sentença definitiva na Justiça) deve crescer R\$ 12 bilhões em 2020.

Fonte: G1

Justiça determina reinstalação de porta de segurança no Santander de Vitória ES

Sindicato denunciou à justiça descumprimento de lei estadual. Decisão é uma vitória da categoria, que há duas semanas faz protestos na agência para retorno do equipamento de segurança



A Justiça do Trabalho determinou que o banco Santander reinstale num prazo máximo de sete dias úteis a porta giratória de segurança na agência da Enseada do Suá, em Vitória. A decisão em caráter liminar foi proferida pelo juiz Marcelo Tolomei, da 7ª Vara do Trabalho de Vitória, em audiência entre o Sindicato e o banco na tarde desta terça-feira, 27.

O Sindibancários/ES fazia protestos na unidade desde o dia 12 de agosto, após receber denúncia de que a porta giratória havia sido retirada, assim como os vigilantes. A ausência do equipamento fere a Lei Estadual nº 5.229, que exige a instalação de portas giratórias

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

com detector de metais em todas as agências e postos bancários do Espírito Santo. Após intervenção do Sindicato, o banco retornou com os vigilantes para a unidade, mas se mantinha intransigente em relação à porta de segurança.

A decisão representa uma vitória para a categoria e para a sociedade, como destaca o dirigente sindical Jonathas Corrêa. “Precisamos resistir a esses ataques aos trabalhadores, até para que medidas como essa, que expõem bancários e clientes a risco de assalto, não voltem a ocorrer ou se espalhem para as demais unidades do banco. A retirada da porta de segurança foi uma medida arbitrária e ilegal do Santander”, diz.

Para o diretor, a participação da categoria foi fundamental para solucionar o problema. “Intervimos na agência a partir de uma denúncia, e a mobilização dos bancários foi importantíssima para dar visibilidade à situação e pressionar o banco. Temos que seguir fortalecendo a nossa unidade”, ponderou o diretor.

A decisão da justiça também determina que o banco mantenha a presença de vigilantes até que a porta de segurança seja reinstalada. O Santander ainda pode recorrer.

Fonte: CONTRAF

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF